



## **Prefeitura Municipal Arenápolis - MT**

### **Concurso Público 001/2019**

### **Cargo: Procurador Jurídico (Advogado)**

#### **INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Nesta prova você encontrará 14 páginas numeradas sequencialmente, contendo 80 questões objetivas, correspondentes as seguintes disciplinas: Direito Constitucional (10); Direito Administrativo (15); Direito Tributário (10); Direito Financeiro (10); Direito Ambiental (05); Direito Civil e Direito Processual Civil (10); Direito Empresarial (05); Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho (10); Legislação Municipal (05).

Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. (Se houver erro, comunique o fiscal);

2. Verifique se o caderno de provas se refere ao cargo para o qual você se inscreveu. Caso o cargo esteja divergente, solicite ao fiscal de sala para que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido;

3. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta;

4. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente a letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas;

5. A leitora óptica não registrara as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa;

6. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura e os dados solicitados, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados as respostas;

7. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas;

8. Você dispõe de 04h (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas;

9. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 01 hora após seu início;

10. O candidato só poderá levar esse caderno de prova, 03 horas, após seu início.

11. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

12. Os três últimos candidatos, deverão aguardar o lacramento dos malotes contendo os gabaritos.

**BOA SORTE!!!**



## DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. No que diz respeito aos direitos políticos, são inelegíveis:

- no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos até o segundo grau, dos chefes do Poder Executivo.
- os militares, se contarem menos de dez anos de serviço.
- os inalistáveis, os analfabetos e os semianalfabetos.
- os que hajam substituído, no curso do mandato, os chefes do Poder Executivo, para um único período subsequente.

### 2. A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal, exceto para:

- assegurar a forma republicana.
- assegurar a autonomia municipal.
- reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de quatro anos consecutivos.
- repelir invasão de uma unidade da Federação em outra.

### 3. Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental, julgue os itens a seguir:

- Cabe ADPF em face de interpretação dos regimentos internos das casas do Congresso Nacional;
- A decisão que julgar procedente o pedido em ADPF é irrecorrível;
- Julgando procedente a ADPF, o STF cassará o ato ou decisão exorbitante e, conforme o caso, anulará os atos processuais legislativos subsequentes.

Assinale a alternativa correta:

- |  |   |
|--|---|
| a) Apenas a assertiva II está correta.           | c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.  |
| b) Apenas as assertivas II e III estão corretas. | d) Apenas as assertivas I e III estão corretas. |

### 4. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

- o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e suas seccionais.
- um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- partido político regularmente registrado no TSE.
- o Governador de Estado ou do Distrito Federal.

### 5. O julgamento do *habeas data* compete:

- ao Supremo Tribunal Federal contra atos do próprio Supremo Tribunal Federal.
- ao Supremo Tribunal Federal contra atos de Ministro de Estado.
- aos Tribunais Regionais Federais contra atos da Mesa da Câmara dos Deputados.
- ao Superior Tribunal de Justiça contra atos do Tribunal de Contas da União.

### 6. Acerca do *habeas data*, julgue os itens a seguir:

- Da sentença que conceder ou negar o *habeas data* cabe apelação.
- Por definição, o *habeas data* contempla uma fase extrajudicial, destinada a obter as informações junto ao órgão ou entidade responsável pelo banco de dados.
- O *habeas data* protege a pessoa não só em relação aos bancos de dados das entidades governamentais, como também em relação aos bancos de dados de caráter público geridos por pessoas privadas.

Assinale a alternativa correta:

- |  |   |
|--|---|
| a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.  | c) Apenas as assertivas I e II estão corretas.      |
| b) Apenas as assertivas II e III estão corretas. | d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas. |

### 7. Acerca da criação de novos estados e municípios, julgue os itens a seguir:

- Nos Territórios Federais os municípios podem ser criados por Medida Provisória;
- A Constituição Federal exige a edição de Lei Complementar Federal que fixe o calendário para criação de novos estados;
- A Justiça Eleitoral realizará plebiscito com a população diretamente interessada na criação de um novo estado.

Assinale a alternativa correta:

- |  |  |
|--|--|
| a) Apenas a assertiva III está correta.        | c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.  |
| b) Apenas as assertivas I e II estão corretas. | d) Apenas as assertivas II e III estão corretas. |

### 8. Acerca da estrutura da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta:

- O preâmbulo é uma espécie de carta de intenções do constituinte originário.



- b) O ADCT é passível de Emendas Constitucionais.
- c) O ADCT não serve de parâmetro no controle de constitucionalidade.
- d) A palavra “Deus” no preâmbulo não fere a laicidade do Estado.

**9. Acerca da intervenção federal, julgue os itens a seguir:**

- I. A intervenção federal é mecanismo drástico e excepcional, destinado a manter a integridade dos princípios basilares da Constituição, enumerados taxativamente no art. 34 da CF/88;
- II. A União poderá intervir diretamente nos municípios localizados em Território Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional;
- III. O Congresso Nacional exerce o controle político da intervenção e cabe a ele aprovar, emendar ou rejeitar o decreto interventivo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

**10. É competência de legislação privativa da União, exceto:**

- a) populações indígenas.
- b) trânsito e transporte.
- c) seguridade social.
- d) procedimentos em matéria processual.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**11. Acerca da organização administrativa, julgue os itens a seguir:**

- I. O pedido de reconsideração é recurso dirigido à mesma autoridade prolatora da decisão, postulando que a modifique ou suprima;
- II. Avocação é a episódica absorção, pelo superior, de parte da competência de um subordinado, restrita a determinada matéria e somente nos casos previstos em lei;
- III. Os órgãos públicos verificadores são àqueles encarregados da emissão de perícias ou de conferência da ocorrência de situações fáticas ou jurídicas;

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**12. Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir:**

- I. Os atos de governo, praticados com margem de discricção, no exercício de função política, tais como a iniciativa de lei pelo Executivo, não são classificados como atos administrativos;
- II. Os atos relativos à vida funcional dos servidores do Legislativo e do Judiciário, praticados pelas autoridades destes Poderes são classificados como atos administrativos;
- III. A noção de ato administrativo depende da noção de Administração Pública, logo, todo ato da Administração é ato administrativo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**13. Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir:**

- I. O ato administrativo é eficaz quando esgotadas as fases necessárias à sua produção;
- II. O ato administrativo pode produzir efeitos atípicos, como àqueles que atingem terceiros não objetivados pelo ato;
- III. O ato administrativo pode ser perfeito, inválido e eficaz, quando, concluído seu ciclo de formação e apesar de não se achar conformado às exigências normativas, encontra-se produzindo os efeitos que lhe seriam inerentes.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**14. Acerca do serviço público, assinale a alternativa incorreta:**

- a) Serviço público é todo àquele prestado sob regime de Direito Público, diretamente ou através de terceiro qualificado para tanto.
- b) Serviço público é a prestação consistente no oferecimento, aos administrados em geral, de utilidades ou comodidades materiais.



- c) Na esfera econômica a atuação empresarial do Estado é que é exceção e terá de realizar-se basicamente na conformidade de regime de Direito Privado.
- d) A construção de uma estrada, de uma ponte, de um túnel, de um viaduto, de uma escola, de um hospital, ou a pavimentação de uma rua são exemplos de serviços públicos que podem ser designados a terceiros.

**15. Acerca dos poderes administrativos, assinale a alternativa correta:**

- a) No exercício do poder discricionário o administrador não está subordinado a lei.
- b) O desvio de poder acontece toda vez que o administrador ultrapassa os limites de sua competência.
- c) No poder vinculado a lei preestabelece a única conduta ser tomada.
- d) O abuso de poder não se dá por omissão.

**16. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:**

- a) A ação de improbidade será proposta perante o Tribunal competente para processar e julgar criminalmente o funcionário ou autoridade na hipótese de prerrogativa de foro.
- b) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso ou culposo de improbidade administrativa.
- c) Os sucessores daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente estão sujeitos às cominações legais de ressarcimento ao erário, até o limite da herança.
- d) Considera-se agente público, para efeito da Lei de Improbidade Administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente e desde que remunerado, cargo, emprego ou função públicas em qualquer esfera da administração.

**17. Acerca das cominações legais por ato de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir:**

- I. O agente público que facilitar que terceiro enriqueça ilicitamente estará sujeito a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil;
- II. O agente público que frustrar a licitude de concurso público de provas e títulos estará sujeito a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos;
- III. O servidor que utilizar, em serviço particular, o trabalho de terceirizados da Administração Pública estará sujeito a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de dez anos.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**18. Acerca das disposições penais previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) é correto afirmar que:**

- a) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos se efetiva com a condenação por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado.
- b) A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe da rejeição das contas pelos Tribunais de Contas.
- c) Apenas a autoridade judicial poderá afastar o agente público do exercício do cargo, emprego ou função, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.
- d) Constitui crime, com pena de detenção de um ano a dois anos, e multa, a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

**19. Acerca das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00) é correto afirmar que:**

- a) não se destinam a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro.
- b) será autorizada se não forem cobrados outros encargos além da taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira.
- c) será permitida ainda que exista operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- d) deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia cinco de dezembro de cada ano.

**20. Acerca do domínio público, assinale a alternativa correta:**

- a) Os bens públicos adquirem-se pelas formas específicas de Direito Público, como a desapropriação ou a determinação legal.



- b) A alienação ou concessão de terras públicas com área não superior a 2.500 hectares depende de aprovação do Congresso Nacional.
- c) Os bens de uso comum ou especial são alienáveis enquanto conservarem tal qualificação.
- d) A utilização dos bens de uso comum não poderá ser onerosa.

**21. Acerca das espécies de atos administrativos, julgue os itens a seguir:**

- I. O regimento é uma espécie de ato ordinatório para definição de normas internas, com o intuito de regular o funcionamento dos órgãos;
- II. A certidão é um ato enunciativo que tem por finalidade demonstrar determinado fato que já se encontra previamente registrado no órgão;
- III. A homologação é um ato negocial vinculado e de controle de legalidade de ato anteriormente expedido pela própria Administração Pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**22. Acerca da servidão administrativa, é incorreto:**

- a) A servidão administrativa é o gravame que onera um dado imóvel subjugando-o ao dever de suportar uma conveniência pública.
- b) Do ponto de vista teórico, por meio da servidão administrativa, o uso da propriedade é condicionado pela Administração para que se mantenha dentro da esfera correspondente ao desenho legal do direito.
- c) Nas servidões administrativas há um ônus real, de tal modo que o bem gravado fica em um estado de especial sujeição à utilidade pública.
- d) É profunda a diferença entre as servidões administrativas e as limitações administrativas à propriedade.

**23. Acerca da intervenção estatal na propriedade, julgue os itens a seguir:**

- I. Diz-se originária a forma de aquisição da propriedade quando a causa que atribui a propriedade a alguém não se vincula a qualquer título anterior;
- II. As condições que autorizam a requisição são as previstos no texto Constitucional, ou seja, utilidade pública ou interesse social e o pagamento de indenização prévia;
- III. Em decorrência do tombamento os poderes inerentes ao titular do bem afetado ficam parcialmente elididos, uma vez que poderá usar e gozar do bem, mas não alterá-lo.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**24. Acerca do processo administrativo, assinale a alternativa correta:**

- a) A instauração do processo administrativo não pode se dar de ofício pela administração pública.
- b) Se o parecer for obrigatório e vinculante, será paralisado o processo até a apresentação do parecer.
- c) Via de regra, o recurso administrativo possui efeito suspensivo.
- d) A coisa julgada administrativa ocorre após o julgamento em segunda instância.

**25. Acerca do terceiro setor, assinale a alternativa correta:**

- a) Os serviços sociais autônomos prestam serviços públicos delegados pelo Estado.
- b) As chamadas entidades de apoio são pessoas jurídicas de natureza privada que exercem, sem fins lucrativos, atividade social e/ou serviços sociais não exclusivos do Estado, relacionados a ciência, pesquisa, saúde e educação.
- c) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas por particulares ou por Estados e os Municípios.
- d) Para a qualificação, enquanto organização da sociedade civil de interesse público, é necessária a habilitação junto ao Ministério do Planejamento.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

**26. Julgue as assertivas em verdadeiro ou falso, segundo sob a ótica da Lei 5.172/66.**

- I - Conforme previsto na referida Lei, somente existem duas hipóteses de exclusão do crédito tributário, quais sejam a isenção e a anistia.



II - A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

III - Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e contribuições de melhoria.

Assinale a alternativa correta.

- |                                     |                                      |
|-------------------------------------|--------------------------------------|
| a) Todas são verdadeiras.           | c) Somente I e II são verdadeiras.   |
| b) Somente I e III são verdadeiras. | d) Somente II e III são verdadeiras. |

**27. Acerca dos tributos, levando em consideração jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta.**

- a) É inconstitucional a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre operações de locação de bens móveis.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) É constitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- d) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

**28. Analise as assertivas em verdadeiras ou falsas.**

I - A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

II - A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

III - A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

Assinale alternativa que contempla somente as verdadeiras.

- |                              |                              |
|------------------------------|------------------------------|
| a) I e II são verdadeiras.   | c) Todas são verdadeiras.    |
| b) II e III são verdadeiras. | d) Somente a I é verdadeira. |

**29. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Sujeito ativo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- b) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal, são solidariamente obrigadas.
- c) São solidariamente obrigadas, as pessoas expressamente designadas por lei.
- d) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

**30. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) As causas de suspensão do Crédito Tributário não operam apenas nos casos em que o lançamento já foi feito.
- b) A conversão do depósito do montante integral em renda é causa de extinção do Crédito Tributário.
- c) Segundo a Jurisprudência "O depósito somente suspende a exigibilidade do Crédito Tributário se for integral e em dinheiro".
- d) O oferecimento de fiança bancária no curso do processo de execução fiscal suspende a exigibilidade do Crédito Tributário.

**31. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) O pagamento é a forma mais comum de extinção do Crédito Tributário.
- b) A Ação de Consignação em Pagamento é causa extintiva do crédito tributário.
- c) Em direito tributário, não existe a figura da transação preventiva.
- d) Tratando-se de Crédito Tributário, devido ao princípio da indisponibilidade do patrimônio público, a remissão somente pode ser concedida com fundamento em lei específica.

**32. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A diferença fundamental entre Isenção e Anistia é que, a isenção exclui Crédito Tributário relativo a tributo, enquanto a anistia exclui Crédito Tributário relativo à penalidade pecuniária.
- b) A isenção é causa de não incidência tributária.



- c) O art. 177 do CTN dispõe que, salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- d) Haverá isenção em caráter individual quando a lei restringir a abrangência do benefício às pessoas que preencham determinados requisitos, forma que o gozo dependerá de requerimento formulado à Administração Tributária no qual se comprove o cumprimento dos pressupostos legais.

**33. Julgue as assertivas em Verdadeiro ou Falso.**

I – A Lei 5.172/66 define o fato gerador da obrigação acessória como qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

II – Salvo disposição de lei em contrário considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

III – Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esta esteja definitivamente constituída nos termos de direito aplicável.

Assinale a alternativa a alternativa correta.

- a) Apenas I e II são verdadeiras  
b) Apenas III é verdadeira.  
c) I e III são verdadeiras.  
d) Todas são verdadeiras.

**34. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) O Código Tributário Nacional define quais autoridades administrativas são competentes para realizar os lançamentos.  
b) O Crédito Tributário não surge com o fato gerador. Ele é constituído com o lançamento.  
c) Para haver lançamento e crédito tributário é necessário que exista fato gerador e, portanto, obrigação.  
d) O Crédito Tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

**35. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) As imunidades são limitações constitucionais ao poder de tributar consistentes na delimitação da competência tributária constitucionalmente conferida aos entes políticos.  
b) A isenção tributária opera no âmbito do exercício da competência tributária, enquanto a imunidade opera no âmbito da própria delimitação de competência tributária (poder de tributar).  
c) São ontológicas as imunidades que existiriam mesmo sem previsão expressa do texto constitucional, uma vez que são fundamentais para atendimento ao princípio da isonomia e ao pacto federativo.  
d) A imunidade tributária recíproca alcança os impostos e taxas, mas não as contribuições.

**DIREITO FINANCEIRO**

**36. São fontes formais principais do direito Financeiro, exceto:**

- a) Medida Provisória.  
b) Constituição Federal  
c) Decretos.  
d) Jurisprudência.

**37. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Receita pública é o ingresso de numerário aos cofres públicos, que servirá como fonte para fazer face às despesas públicas.  
b) Receita Ordinária é a receita constante do orçamento.  
c) Receita em sentido amplo, consiste na receita que não deverá ser devolvida ou entregue a qualquer pessoa posteriormente, visto que o Estado a converte em bens ou serviços.  
d) Receita extraordinária, é a receita inconstante, esporádica e excepcional.

**38. O direito Financeiro e Direito tributário conceituam os tributos de forma diferente. Nessa Perspectiva, para o Direito Financeiro, as seguintes alternativas são tributos, exceto:**

- a) Impostos.  
b) Taxas.  
c) Contribuições especiais.  
d) Contribuição de Melhoria.

**39. São Receitas Correntes, exceto:**

- a) Receita tributária.  
b) Receita Patrimonial.  
c) Receitas de Transferências correntes.  
d) Receitas de Operações de Crédito.



**40. Acerca do Plano Plurianual (PPA), assinale a alternativa incorreta.**

- a) Os prazos de envio e de devolução do PPA constantes no ADCT vinculam a União todos os entes federativos.
- b) A vigência do PPA não coincide com o mandato do Executivo.
- c) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- d) O PPA é utilizado como instrumento para promover a integração nacional, além de orientar a elaboração dos planos e programas nacionais, regionais e setoriais

**41. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Despesas públicas, consiste no conjunto de gastos realizados pelo Poder Público para a consecução de suas atividades principais, com o objetivo de financiar as ações do governo, sempre com foco na satisfação das necessidades públicas.
- b) As despesas públicas, no que diz respeito a sua origem, podem ser classificadas em orçamentárias ou extraorçamentárias.
- c) Despesas correntes são as despesas contínuas, que, a depender da realidade financeira do ente, não representam ganho de patrimônio e se referem a serviços realizados pela Administração Direta, indireta ou àqueles que recebem recursos públicos para atender a despesas desta natureza.
- d) As despesas de custeio, são espécies de Despesas de Capital.

**42. Julgue as assertivas em verdadeiro ou falso.**

I – Empenho global, é devido naquelas hipóteses em que não é possível determinar com precisão o valor da despesa.

II – Empenho ordinário, é aquele realizado para as despesas normais, cujo montante é previamente conhecido e o pagamento deva ocorrer de uma só vez.

III – Empenho por estimativa assemelha-se ao empenho ordinário, uma vez que atende a despesas com montante definido. No entanto, em virtude do objeto contratado, o seu pagamento geralmente é feito em parcelas, pois se espera a conclusão de etapas de obras ou entrega de bens para que a quitação ocorra.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente I e III são falsas.
- b) Somente I e II são verdadeiras.
- c) Somente II e III são falsas.
- d) Apenas II é Falsa.

**43. Acerca das sumulas do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Durante o período previsto no parágrafo 1º do art. 100 da Constituição, incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos.
- b) Compete privativamente a união legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar do distrito federal.
- c) Exceção prevista no art. 100, “caput”, da Constituição, em favor dos créditos de natureza alimentícia, não dispensa a expedição de precatório, limitando-se a isentá-los da observância da ordem cronológica dos precatórios decorrentes de condenação e outra natureza.
- d) Não cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios.

**44. Acerca da jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa incorreta.**

- a) Os Estados e o Distrito Federal são partes legítimas na ação de restituição de imposto de renda retido na fonte propostas por seus servidores.
- b) A extinção das ações de pequeno valor é faculdade da administração Federal, vedada a atuação judicial de ofício.
- c) Preços de serviços públicos e taxas não se confundem, porque estas, diferentemente daquelas, são compulsórias e tem sua cobrança condicionada à prévia autorização orçamentária, em relação à lei que as instituiu.
- d) Podem os Estados, a título de ressarcimento de despesas, reduzir a parcela de 20% do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias, atribuída aos municípios pelo art. 23, §8, da Constituição Federal.

**45. Analise as assertivas a seguir.**

I – é vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega das transferências constitucionais. No entanto, duas exceções foram estabelecidas: i. Poderá haver retenção para que haja pagamento de créditos da União, dos Estados ou de suas Autarquias; e ii. Se não houver cumprimento do disposto no art. 198, §2º, incisos II e III, da CF, que diz respeito ao mínimo na aplicação da saúde.

II – As receitas são sempre previstas ou estimadas enquanto as despesas são fixadas.

Assinale a alternativa correta.

- a) Ambas são verdadeiras.
- b) Somente a I é verdadeira.



- c) Somente a II é verdadeira. d) Ambas são falsas.

#### DIREITO AMBIENTAL

**46. Analise as seguintes assertivas em verdadeiro ou falso:**

I - Meio ambiente cultural: descrito como os bens materiais e imateriais que identificam um grupo, tais como as formas de viver, criar e fazer: as formas de expressão; as obras artísticas, dentre outras;

II – Meio ambiente artificial: constituído pelo complexo máquina-trabalho, envolvendo o local de trabalho, as condições do ambiente do trabalhador, os equipamentos de proteção, dentre outros;

III – Meio ambiente urbano: constituído pelo espaço urbano construído pelo homem. É o produto da interação do homem com o meio ambiente natural.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente o item III é falso. c) Apenas o item I é verdadeiro.  
b) Somente o item II é falso d) Somente o item II e III são verdadeiros.

**47. Assinale a alternativa incorreta.**

a) O princípio da precaução se difere do princípio da previsão no que diz respeito a previsibilidade do dano. Enquanto na precaução o risco é conhecido, na prevenção os riscos são desconhecidos.

b) O princípio do protetor-recebedor foi consagrado na Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

c) O princípio da Participação ou princípio democrático, estabelece que a defesa do meio ambiente deve ser feita pelo Poder Público e Pela coletividade.

d) O princípio do limite estabelece que a fixação dos padrões ambientais compatíveis com o meio ambiente equilibrado deve ser estabelecido pelo Poder Público.

**48. Levando em consideração a CF/88, assinale o bioma que não é patrimônio nacional.**

- a) Serra do Mar. c) Caatinga.  
b) Mata Atlântica. d) Pantanal Mato-grossense.

**49. Assinale a alternativa incorreta.**

a) A União tem competência para estabelecer as normas gerais em matéria de proteção do meio ambiente.

b) Os Estados e Distrito Federal legislam de forma complementar acerca da Matéria de Meio Ambiente.

c) A superveniência de Lei Federal sobre normas gerais revoga a lei estadual, naquilo que lhe for contrário.

d) O Município também detém competência legislativa ambiental, no que diz respeito a assuntos de interesse local e é suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber.

**50. Assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores.**

a) A responsabilidade administrativa ambiental, como regra, apresenta caráter subjetivo, exigindo dolo ou culpa para sua configuração.

b) Se admite a aplicação da teoria do fato consumado em tema de Direito Ambiental.

c) É inconstitucional a lei municipal que proíbe, sob qualquer forma, o emprego de fogo para fins de limpeza e preparo do solo no referido município, inclusive para o preparo do plantio e para a colheita de cana-de-açúcar e de outras culturas.

#### DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**51. Assinale a alternativa incorreta.**

a) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se.

b) A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

c) As frotas de empresas de táxi devem reservar 10% (dez por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência.

d) Os curadores de pessoas com deficiência, são obrigados a prestar, semestralmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo semestre.

**52. Assinale a alternativa incorreta.**

a) Prescreve em 3 (três) anos, a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos.

b) Prescreve em 2 (dois) anos, a pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.

c) Prescreve em 4 (quatro) anos, a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas.

d) Prescreve em 5 (cinco) anos, a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.



**53. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A tutela cautelar tem por características próprias a “referibilidade e temporariedade”.
- b) A temporariedade da tutela cautelar exclui a característica de tutela definitiva.
- c) A tutela definitiva, de cunho assecuratório, não-satisfativa é a tutela cautelar.
- d) A tutela provisória requerida em caráter incidental independe do pagamento de custas.

**54. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A competência é o resultado de critérios para distribuir entre vários órgãos as atribuições relativas ao desempenho da jurisdição. Assim, a competência jurisdicional é o poder de exercer a jurisdição nos limites estabelecidos por lei.
- b) O STF admite que se reconheça a existência de competências implícitas (*implied power*): quando não houver regra expressa algum órgão jurisdicional haverá de ter competência para apreciação da questão.
- c) O desmembramento de comarca implicará a redistribuição da causa.
- d) Todo juízo tem competência para julgar sua própria competência. O juiz é, sempre, o juiz da sua competência. Ou seja, a competência para o controle da própria competência. Por mais incompetente que seja o órgão jurisdicional, ele sempre terá competência para decidir se é ou não competente.

**55. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A regra da eventualidade ou da concentração da defesa na contestação significa que cabe ao réu formular toda sua defesa na contestação. Toda defesa deve ser formulada de uma só vez como medida de previsão *ad eventum*, sob pena de preclusão.
- b) A contestação veicula declaração de vontade do réu. Como tal, deve ser interpretada. Aplicam-se à interpretação da contestação as mesmas regras de interpretação do pedido.
- c) A reconvenção pode ser demanda de natureza declaratória ou condenatória, mas não constitutiva.
- d) A revelia é um ato-fato processual, consistente na não apresentação tempestiva da contestação.

**56. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Como situação jurídica, a coisa julgada é um efeito jurídico – efeito que decorre de determinado fato jurídico, após a incidência da norma jurídica.
- b) A indiscutibilidade da coisa julgada opera em duas dimensões. Em uma, denominada “dimensão negativa”, ela impede que a mesma questão seja decidida novamente. Já na outra, denominada “dimensão positiva”, a coisa julgada deve ser observada quando utilizada como fundamento de uma demanda.
- c) A coisa julgada é resultado da combinação de dois fatos: I- uma decisão jurisdicional fundada em cognição exauriente; II- o trânsito em julgado.
- d) O Código de Processo Civil denomina de Coisa Julgada “Formal”, espécies de preclusão, a que estão sujeitas qualquer decisão.

**57. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Sucedâneo recursal é o instrumento de impugnação da decisão judicial, pelo qual se dá origem a um processo novo, cujo objetivo é o de atacar ou interferir em decisão judicial, sendo exemplos, a ação rescisória e a *querrela nullitatis*.
- b) Recurso é o meio ou instrumento destinado a provocar o reexame da decisão judicial, no mesmo processo em que proferida, com a finalidade de obter-lhe a invalidação, a reforma, o esclarecimento ou a integração.
- c) O direito de recorrer é potestativo.
- d) O recurso é “simples aspecto, elemento, modalidade ou extensão do próprio direito de ação exercido no processo”.

**58. Assinale a alternativa correta.**

- a) Quanto ao “Erro ou Ignorância” estabelecido pelo Código Civil, pode se dizer que, O erro de cálculo apenas autoriza a ratificação da declaração de vontade.
- b) Se ambas as partes procederem com dolo somente o primeiro aceitante pode alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- c) Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.
- d) Ocorre a lesão quando uma pessoa, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

**59. Assinale a alternativa correta.**

- a) A doação verbal será válida, se, independente de sua natureza, os bens sejam de pequeno valor.
- b) A doação feita ao nascituro valerá, independente de aceite.



- c) A doação a entidade futura caducará se, em três anos, esta não estiver constituída regularmente.
- d) O donatário é obrigado a cumprir os encargos da doação, caso forem a benefício do doador, de terceiro, ou do interesse geral.

**60. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Para que se torne obrigatória a promessa de recompensa, são exigidos dois requisitos específicos: I- Que lhe tenha sido dada publicidade; e, II- a especificação da condição a ser preenchida ou o serviço a ser desempenhado.
- b) Aquele que, por anúncios públicos, se comprometer a recompensar, ou gratificar, a quem preencha certa condição, ou desempenhe certo serviço, contrai obrigação de cumprir o prometido.
- c) Se o ato contemplado na promessa de recompensa for praticado por mais de um indivíduo, terá direito à recompensa o que primeiro o executou.
- d) Antes de prestado o serviço ou preenchida a condição, pode o promitente revogar a promessa, contanto que o faça com a mesma publicidade; se houver assinado prazo à execução da tarefa, entender-se-á que renuncia o arbítrio de retirar, durante ele, a oferta.

**DIREITO EMPRESARIAL**

**61. Julgue as assertivas em Verdadeiro ou Falso.**

I – Empresário é o titular da atividade empresarial.

II – Empresário é gênero, cujas espécies são: empresário individual, a EIRELI e a sociedade empresária.

III – O sócio da sociedade é empresário.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas a assertiva III é falsa.
- b) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) Apenas a assertiva I e II são falsas.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

**62. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, responderá pelas obrigações contraídas.
- b) Se o representante ou assistente do incapaz for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, nomeará, com a aprovação do juiz, um ou mais gerentes.
- c) A sentença que decretar ou homologar a separação judicial do empresário e o ato de reconciliação podem ser opostos a terceiros, mesmo antes de arquivados e averbados no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

**63. Assinale a alternativa incorreta, acerca das Disposições Gerais da Sociedade.**

- a) Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.
- b) A sociedade adquire personalidade jurídica com a sua composição de fato, e assinatura dos seus atos constitutivos pelos respectivos sócios.
- c) A atividade pode restringir-se à realização de um ou mais negócios determinados.
- d) Independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por ações; e, simples, a cooperativa.

**64. São princípios básicos, expressos no art. 4º do Código de Defesa do Consumidor, exceto.**

- a) Reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo.
- b) Racionalização e melhoria dos serviços públicos.
- c) Estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- d) Manutenção de assistência jurídica, integral e gratuita para o consumidor carente.

**65. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.
- b) São interesses ou direitos difusos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- c) São interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos, os transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.



d) Para a defesa dos direitos e interesses protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela.

### DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

**66. As seguintes fontes do Direito do Trabalho são heterônomas, exceto:**

- |                                      |                          |
|--------------------------------------|--------------------------|
| a) Convenções Coletivas de Trabalho. | c) Sentenças normativas. |
| b) Leis.                             | d) Constituição.         |

**67. Assinale a alternativa correta.**

- a) Relação de emprego, refere-se a todas as relações jurídicas caracterizadas por terem sua prestação essencial centrada em uma obrigação de fazer consubstanciada em labor humano.
- b) A relação de emprego, do ponto de vista técnico-jurídico, é apenas uma das modalidades específicas de relação de trabalho juridicamente configuradas.
- c) A relação de emprego pode emergir como uma obrigação de fazer pessoal, mas sem subordinação (empregado autônomo em geral).
- d) Os elementos fático-jurídicos componentes da relação de emprego são quatro: I) prestação de trabalho por pessoa física ou terceirizado a um tomador qualquer; II) prestação efetuada com personalidade pelo trabalhador; III) também efetuada com não eventualidade; IV) efetuada ainda sob subordinação ao tomador dos serviços.

**68. Analise as assertivas a seguir em verdadeiro ou falso:**

I - A relação empregatícia é uma relação de essencial fundo econômico.

II - O contrato de trabalho é, um contrato bilateral, sinalagmático e oneroso.

Assinale a alternativa correta.

- |                             |                           |
|-----------------------------|---------------------------|
| a) Somente I é verdadeira   | c) Ambas são verdadeiras. |
| b) Somente II é verdadeira. | d) Ambas são falsas.      |

**69. Analise as assertivas a seguir, julgando-as em verdadeiras ou falsas.**

I - O obreiro chamado eventual corresponde à modalidade de trabalhador avulso, que oferta sua força de trabalho, por curtos períodos de tempo entrecortados, a distintos tomadores, sem se fixar especificamente a qualquer deles.

II - A principal distinção percebida entre o trabalhador avulso e o trabalhador eventual, entretanto, é a circunstância de sua força de trabalho ser ofertada, no mercado específico em que atua, por meio de uma entidade intermediária.

III - categoria avulsa portuária abrange, fundamentalmente, os trabalhadores da orla marítima e portuária, tais como, entre outros, operadores de carga e descarga, conferentes e conservadores de carga e descarga, arrumadores, ensacadores de mercadorias e amarradores.

Assinale a alternativa correta.

- |                            |                              |
|----------------------------|------------------------------|
| a) Apenas I é verdadeira.  | c) II e III são verdadeiras. |
| b) I e II são verdadeiras. | d) Apenas III é verdadeira.  |

**70. Julgue as seguintes assertiva em verdadeiro ou falso, no que tange a denominações.**

I - Direito Sindical — Trata-se de denominação de caráter objetivista, realçando o conteúdo do segmento jurídico identificado: relações socio jurídicas grupais, coletivas, de labor.

II - Direito Coletivo do Trabalho — A presente denominação tem caráter subjetivista, enfatizando um dos sujeitos do Direito Coletivo do Trabalho: o sindicato.

III - Direito Social — A expressão Direito Social marca-se pela dubiedade. Designa, às vezes, não somente todo o Direito do Trabalho (individual e coletivo), como também seu ramo associado, Direito Previdenciário e Acidentário do Trabalho. Pode ser utilizada também para se referir ao ramo jus coletivo trabalhista.

Assinale a alternativa correta.

- |                                   |                             |
|-----------------------------------|-----------------------------|
| a) Apenas I é verdadeira.         | c) Apenas III é verdadeira. |
| b) Apenas I e III são verdadeiras | d) Todas são verdadeiras.   |

**71. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A reclamação poderá ser escrita ou verbal.
- b) Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias.



- c) Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente, da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, extinguirá o processo sem resolução de mérito se o valor da causa for indeterminado no pedido.
- d) Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omissos no pedido inicial ou a condenação.

**72. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Nas causas da jurisdição da Justiça do Trabalho, somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.
- b) Apresentada a exceção de suspeição, o juiz ou Tribunal designará audiência dentro de 48(quarenta e oito) horas, para instrução e julgamento da exceção.
- c) O ônus da prova incumbe ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito.
- d) Direito do Trabalho utiliza a Teoria da carga estática da prova, ou seja, o ônus probatório não pode ser alterado.

**73. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) As testemunhas serão intimadas a comparecer à audiência, no prazo mínimo de 72h (setenta e duas horas).
- b) O reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados das suas testemunhas, apresentando, nessa ocasião, as demais provas.
- c) Se a testemunha for funcionário civil ou militar, e tiver de depor em hora de serviço, será requisitada ao chefe da repartição para comparecer à audiência marcada.
- d) As partes e testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, seus representantes ou advogados.

**74. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) O documento em cópia oferecido para prova poderá ser declarado autêntico pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
- b) Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados somente depois de findo o processo, ficando traslado.
- c) Terminada a instrução, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 15 (quinze) minutos para cada uma. Em seguida, o juiz ou presidente renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, será proferida a decisão.
- d) A juntada de documentos na fase recursal só se justifica quando provado o justo impedimento para sua oportuna apresentação ou se referir a fato posterior à sentença.

**75. Assinale a alternativa incorreta, no que diz respeito ao procedimento sumaríssimo.**

- a) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) Nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo, o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente.
- c) No procedimento sumaríssimo, se feita a citação por edital, o reclamante deve proceder com a indicação correta do máximo de dados do reclamado;
- d) As partes e advogados comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência de comunicação.

**LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**76. Acerca do processo legislativo, julgue os itens a seguir:**

- I. O processo legislativo municipal compreende emendas à Lei Orgânica Municipal, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções e portarias;
- II. A iniciativa de emenda à Lei Orgânica cabe ao Prefeito ou a qualquer membro da Câmara de Vereadores;
- III. A lei por iniciativa popular se dará na forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total dos eleitores do município.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está correta.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

**77. De acordo com a Lei Orgânica de Arenópolis/MT, são requisitos para a criação de um distrito:**

- a) A existência na povoação-sede de posto policial.
- b) A existência na povoação-sede de ao menos vinte e cinco moradias.
- c) Eleitorado não inferior à terça parte para a criação de Município.



d) Arrecadação autossuficiente.

**78. Em atenção à Lei Orgânica de Arenápolis/MT, julgue os itens:**

- I. Os cemitérios municipais terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal;
- II. Os Poderes Públicos Municipais promoverão edição popular do texto integral da Lei Orgânica para distribuição aos municípios.
- III. O Município não poderá dar nomes de pessoas vivas a bens e serviços públicos de qualquer natureza.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

**79. É incumbência do município de Arenápolis/MT, para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, exceto:**

- a) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco de vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- b) Definir, por meio de decreto legislativo, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos.
- c) Exigir, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental.
- d) Promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente.

**80. Acerca das políticas públicas para a educação constantes na Lei Orgânica de Arenápolis/MT, julgue os itens a seguir:**

- I. A definição da Política Educacional é privativa da Câmara Municipal;
- II. É vedada a destinação de recursos públicos a escolas confessionais e filantrópicas;
- III. A educação física é considerada disciplina regular e de matrícula obrigatória em todos os níveis ensino.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.

“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia”.

*Robert Collier*

**Boa Sorte !!!**